do a todos que são pessoas em busca de seu crescimento pessoal.

Além de proporcionar atividades concretas e construtivas, a educação por meio da arte promove o desenvolvimento de habilidades e capacidades, o controle dos movimentos, a organização pessoal e a ordenação dos pensamentos.As atividades em grupo ajudam na integração social, por meio da cooperação e da comunicação entre os seus membros, de acordo com as potencialidades e necessidades de cada um, as atividades são aplicadas de forma lúdica, a fim de tornar a aprendizagem mais emocionante, motivadora e prazerosa.

Acredito que um trabalho constante, coerente e organizado será capaz de fazer emergir todo o potencial criador do indivíduo e torná-lo um agente social em pleno exercício da sua cidadania.

Nesse sentido, uma pessoa que desenvolva caminhos próprios de expressão, a partir do conhecimento de materiais, técnicas, conceitos nas diversas produções artísticas, é capaz de participar de modo mais efetivo do seu contexto sócio-cultural, contribuindo produtivamente e transformando o seu desenvolvimento em processo contínuo de aprendizagens e de reconstrução de seus modos de expressão. E isso é exercer cidadania, porque afirmada a sua marca pessoal, de indivíduo presente na contextualização da sociedade em que vive.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARNHEIM Rudolf - Arte & Percepção Visual - Editora Livraria Pioneira – 12ª edição

BECKETT Wendy, História da Pintura, Editora Ática – 1ª edição. 2006

DANGER Eric P. A cor na comunicação – Editora Forum 1ª edição 1973

DEMPSEY Amy, Estilos Escolas e Movimentos, Cosac e Naify. 2003

FARINA. Modesto, Psicodinâmica da cores em comunicação, Editora Edgar Blucher – 4ª edição.

PEDROSA, Israel, Da cor à cor inexistente, Editora Universidade de Brasília – 3ª edição

RABELO, Arnaldo. Agora, a decisão é das crianças

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

CONCEITOS E PRÁTICAS DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

MELISSA LOPES DE MORAES

RESUMO

O artigo a seguir disserta quanto a importância de considerar as duas vertentes que englobam o aprendizado da língua escrita – alfabetização e letramento –, sobretudo, não desmerecendo as especificidades que envolvem cada uma delas. Expõe a necessidade de resgatar as características de cada termo e refletir sobre a função do professor para que este consiga contemplar, em seu fazer pedagógico, uma proposta de alfabetizar letrando, contribuindo direta e grandemente na formação de leitores e escritores proficien-

tes e efetivando, dessa forma, o papel da escola como espaço social e eficiente do ensino formal da leitura e da escrita.

Palavras Chave: Alfabetização, Letramento, Aprendizagem.

LITERACY AND INITIAL READING INSTRUCTION

LEARNING PROCESS CONCEPTS AND PRACTICES

ABSTRACT

The following article discusses the importance of considering the two aspects that encompass the learning of the written language – literacy and initial reading instruction – above all, not neglecting the specificities that involve each one of them. Exposes the need to recover the characteristics of each term and reflect on the teacher's role so that it can contemplate, in your pedagogical doing, a purpose of teaching by using literacy, contributing directly and greatly to the training of proficient readers and writers and, thus, making the school's role as a social and efficient space for formal teaching of reading and writing.

Keywords: Initial Reading Instruction; Literacy; Learning.

INTRODUÇÃO

Analisar a alfabetização e refletir a respeito da educação brasileira na perspectiva do letramento são práticas relativamente recentes. O termo “letramento” surge no Brasil em torno da década de 1990, vinculado ao conceito de alfabetização, originando-se daí uma confusão com relação à especificidade de cada termo. Muitos educadores acreditam que somente após a concretização do processo de alfabetização é que se pode dar início ao processo de letramento, isto é, primeiro é necessário propiciar ao aluno o domínio da tecnologia da escrita para então torná-lo um sujeito letrado. Em outras situações, observa-se o contrário, os professores enfatizam o trabalho com as práticas de letramento, ofuscando e deixando em segundo plano o processo de alfabetização. Magda Soares (2004) atribui a esse último processo o nome de “desinvenção da alfabetização”, a fim de descrever a progressiva perda da especificidade do processo de alfabetização que tem ocorrido nas escolas nos últimos anos.

Soares (2004) descreve que é preciso repensar as práticas de ensino que têm predominado nas escolas, esclarecendo a distinção entre o que é letramento e o que é alfabetização, e desvendando as principais facetas de cada um desses termos. De acordo com a autora, letramento diz respeito à imersão do indivíduo na cultura escrita, à sua participação em eventos diversos que envolvem a leitura e a escrita, bem como ao contato e à interação com diferentes tipos e gêneros textuais. Enquanto que a alfabetização envolve o processo da consciência fonológica e fonêmica, a construção das relações som e letra e o aprender a ler e a escrever alfabeticamente.

Contudo, um dos maiores desafios do educador é trabalhar simultaneamente essas duas dimensões no fazer pedagógi-

co, de forma a contemplar uma proposta de alfabetizar letrando, uma prática onde o ensino e a aprendizagem tenham sentido e significado para o aprendiz, levando-o à apropriação do código escrito e à sua utilização nos diversos ambientes sociais em que se fizerem necessários.

OLHAR HISTÓRICO

A concepção de alfabetização emergiu nas sociedades ocidentais a partir de mudanças nos planos político, econômico e social. Com a Revolução Francesa, no final do século XVIII, a escola se tornou universal e gratuita, estando sob o controle do poder público, amparada por legislações. Passou a ser função do mestre ensinar a muitas crianças de forma rápida, segura e econômica. Educar as massas, veiculando os valores dominantes da classe burguesa em ascensão constituiu o lema dos republicanos com o intuito de garantir a ordem, a estabilidade social e a hegemonia daqueles que estavam no poder. Somente com o advento da escola republicana foi possível aprender a ler escrevendo. Foi nesse bojo que surgiu a concepção do processo de alfabetização, "aprendizagem coletiva e simultânea dos rudimentos da leitura e da escrita" (BARBOSA, 1994, p. 16). Entretanto, foi no século XIX que as aprendizagens da leitura e da escrita começaram de fato a serem trabalhadas concomitantemente nas escolas, suscitando naqueles que as frequentavam a esperança de ascensão social.

No Brasil, deu início com a Proclamação da República a preocupação em alfabetizar e qualificar a mão de obra para atender ao crescimento da industrialização e da urbanização. Nesse novo cenário, a escola assumiu um papel social fundamental na medida em que a sociedade se desenvolvia e buscava superar um modelo econômico até então agrário.

Mesmo a escola básica tendo se ampliado para atender à sociedade que se modernizava, tal expansão não conseguiu atingir toda a população:

> A política de expansão adotada limitou também o tipo de atendimento para cada grupo social. Assim, para os grupos de maior poder reivindicatório, foram oferecidos os graus mais elevados de ensino; para os de menor poder de pressão, uma escola básica, dos rudimentos da leitura, escrita e aritmética (BARBOSA, 1994, p. 26).

Em 1946, o Brasil foi marcado por um período relevante na busca da erradicação do analfabetismo. A UNESCO, no plano internacional, tornou pública a sua luta contra o analfabetismo auxiliando os países subdesenvolvidos a reverter esse quadro. Inicialmente a entidade implementou vários projetos em todos os continentes (de 1966 a 1973) e, mais tarde (em 1980), adotou a promoção de projetos regionais. A partir de então surgiu a noção de alfabetização funcional, concebida pela UNESCO e que, conforme Barbosa (1994, p. 29), "tem por objetivo proporcionar condições efetivas para que os indivíduos possam enfrentar com competência satisfatória as diversas situações que o mundo lhes propõe".

Posteriormente, as investigações sobre a alfabetização evoluíram do enfoque mecanicista para a abordagem cognitivista, fundada nas contribuições

da Psicologia Genética de Jean Piaget. A aprendizagem da leitura e da escrita passou a ser concebida como uma atividade cognitiva, centrada na construção do conhecimento por um sujeito ativo que age sobre o objeto a ser apreendido. Não se tratava mais de prontidão para ler e escrever, e sim de esquemas de assimilação, processos de aquisição do conhecimento por parte do sujeito da aprendizagem.

Em 1986 apareceu pela primeira vez, no contexto dos estudos e da discussão sobre alfabetização no Brasil, a palavra letramento, na obra "No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística", de Mary Kato. Nessa obra, a autora acredita que a língua falada culta é consequência do letramento. A partir de então, o uso desse termo se tornou frequente nos discursos de professores e especialistas e temas de pesquisa nos meios acadêmicos. Apenas recentemente esse termo foi dicionarizado (Dicionário

Houaiss, 2001). Por outro lado, o adjetivo "letrado" há muitos anos aparece nos dicionários para indicar o "indivíduo versado em letras, erudito", acepção que não representa o sentido dado ao termo "letrado" sob a concepção de letramento criada por Kato.

O termo tem origem de uma versão da palavra da língua inglesa literacy, com a representação etimológica de estado, condição ou qualidade de ser literate, sendo literate definido como educado, especialmente, para ler e escrever. O termo surge para dar conta das complexas situações que envolvem a escrita:

[...] letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais, ou seja, é o conjunto de práticas sociais relacionadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social (SOARES, 1998, p. 72).

Na década de 90 surgem, através da Lei nº 9394, os ciclos de alfabetização, a partir de sua criação foi possível verificar que o período de alfabetização não se restringia à mera aquisição do código escrito em somente um ano de escolaridade, mas sim à possibilidade de também aprender a dominar as práticas de leitura e de escrita, estendendo-se por um período maior.

PROCESSOS, PRÁTICAS E DIDÁTICA

Os teóricos da transposição didática sugerem uma distinção entre o "saber sábio", o "saber por ensinar" e o "saber ensinado" (Verret, 1975; Chevallard, 1985). O "saber sábio" diz respeito ao conhecimento científico produzido pelos especialistas de certa disciplina em determinado contexto histórico-social. Este saber sofre um processo de transposição didática quando muda de seu ambiente original para o espaço institucional de ensino. Transforma-se, dessa forma, em "saber a ser ensinado", como o que surge nas propostas curriculares e que se pode materializar em manuais didáticos. Sobretudo, é notório que o saber efetivamente ensinado pode corresponder ou não àquele que, em instâncias externas à escola (ministérios, editoras), foi prescrito como o saber por ensinar. Dessa forma, as mudanças nas práticas dos docentes estariam atreladas ao processo de transposição didática, cujo

se prescrevem novas definições do "saber por ensinar".

Considerando as mudanças implicadas nos dois primeiros elementos da cadeia de transposição didática, nota-se que, na área de alfabetização no Brasil, encontramos nas duas últimas décadas uma real "revolução" das expectativas elaboradas por aquelas instâncias e propostas.

Ainda no campo das investigações psicolinguísticas, diversos estudos que examinaram a relação entre habilidades de consciência fonológica e o êxito na alfabetização apontaram a necessidade de promover na escola, desde a etapa de educação infantil, oportunidades de reflexão sobre as palavras como sequências de segmentos sonoros. Como descreve Morais (2004), esta perspectiva tende a conceber a escrita alfabética como um código, cuja aprendizagem continuaria sendo interpretada como resultante de mecanismos de discriminação perceptiva e memorização. Segundo Morais, essa seria a razão que levaria distintos partidários do treino em consciência fonológica a defender a adoção de métodos tradicionais de alfabetização, sem prescrever que os educandos vivam práticas sistemáticas de leitura e produção de textos reais nas etapas iniciais da escolarização.

O processo de letramento começa quando a criança nasce em uma sociedade centrada na escrita, está imersa em meios de material escrito e convive com pessoas que fazem uso social da língua escrita, com objetivos definidos. Enquanto que o processo de alfabetização se inicia quando a criança entra para a instituição educacional, não ocorrendo de forma espontânea. É um trabalho sistemático que diz respeito à reflexão que se faz sobre as características do sistema alfabético, a promoção da análise fonológica, o reconhecimento das relações fonema/grafema, dentre outras séries de aspectos analisados pelo educando a respeito da língua. Tais conhecimentos não devem ser desmerecidos ou colocados em segundo plano, pois a importância de ensinar a ler e a escrever sempre se fará necessária e nunca perderá sua particularidade e valor.

O processo de letramento antecede ao da alfabetização, decorre todo o processo de alfabetização e permanece quando o indivíduo já se encontra alfabetizado. De acordo com Soares (1998, p. 47), "o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que os indivíduos se tornassem, ao mesmo tempo, alfabetizados e letrados". Isso significa levar o aluno a se apropriar do código escrito e, paralelamente, viabilizar o seu acesso aos materiais escritos presentes na sociedade, desenvolvendo inclusive situações que tornem necessárias e significativas práticas de leitura e de escrita.

Albuquerque e Santos (2005, p. 97) citam que:

Propiciar aos aprendizes a vivência de práticas reais de leitura e produção de textos não é meramente trazer para a sala de aula exemplares de textos que circulam na sociedade. Ao se ler ou escrever um texto, tem-se a intenção de atender a determinada finalidade. É isso que faz com que a situação de leitura e escrita seja real e significativa.

A alfabetização e o letramento são

processos que se entrelaçam, não podem ser dissociados e devem acontecer de forma simultânea, pois a entrada da criança no mundo da escrita deveria acontecer tanto pela aquisição do sistema convencional de escrita quanto pelo desenvolvimento de capacidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, intimamente ligadas às práticas sociais.

Dessa forma, cabe às escolas proporcionarem situações não apenas de interação e uso dos diferentes gêneros e textuais, enfatizando seus contextos de comunicação, mas também momentos de reflexão sobre a língua, desenvolvendo um trabalho sistemático sobre o funcionamento e as características do sistema de escrita alfabético e ortográfico.

A Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que é a atual política nacional de educação, visa a educação integradora. O objetivo desta declaração que vem sendo praticada há três décadas é fazer com que a educação seja para todos. Partir daí, o letramento surgiu para tornar eficaz o aprendizado dos surdos, pois prioriza a LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais - em todas as situações, sendo o português escrito, ensinado como segunda língua. No letramento, o uso de ilustrações nos textos faz com que a leitura se torne agradável, pois assim o aluno surdo pode visualizar não apenas o texto, mas as figuras que representarão o que todas aquelas palavras querem dizer, assim dando espaço e possibilidade de distintas interpretações por parte dos usuários da língua.

Todavia, o surdo letrado passa a compreender a língua portuguesa escrita e escrever textos e a fim de forma diferenciada da dos ouvintes, pois na LIBRAS não existem algumas regras comuns como no português, segundo Perlin e Strobel (2006). Para plena eficácia do letramento, é fundamental que as salas de aula sejam compostas apenas por alunos surdos, assim compartilhando a mesma linguagem, no mesmo mundo.

A IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Ser alfabetizado é muito mais que codificar e decodificar o que foi escrito. É preciso ser capaz de interpretar o que está escrito e processar o significado que o autor pretende transmitir. É por meio da alfabetização e do letramento que o educando se torna um cidadão apto para interagir com um texto, compreendendo, aceitando ou questionando o seu conteúdo.

O conceito de letramento chega para ampliar a visão de alfabetização e não para substituí-la, como tem acontecido em muitas práticas pedagógicas de educadores alfabetizadores. Alfabetização e letramento são processos diferentes, mas complementares e indissociáveis, porque ambos são indispensáveis quando se leva em consideração a aprendizagem da leitura e da escrita.

O educador precisa ser um mediador, expressa Vygotsky (2000), entre o objeto de conhecimento – a língua escrita – e o aluno, estabelecendo um canal de comunicação entre esses dois pilares. Isso significa saber que o aluno irá construir, como sujeito ativo e pensante, o

seu conhecimento a respeito da leitura e a escrita, com o auxílio do educador e de colegas.

A construção do conhecimento é uma missão difícil, pois envolve uma aprendizagem complexa, individual e subjetiva, mas não solitária, porque exige, ao mesmo tempo, troca de informações, estímulos e motivação. Assim, para apropriarse do sistema convencional, o aluno cria e recria o sistema gráfico, com normas próprias de utilização e com sinais que representam a sua escrita, enfrentando contradições, formulando e testando diferentes hipóteses entre a sua escrita pessoal e a escrita alfabética. Tudo que ele lê ou escreve terá sempre uma lógica para ele naquele momento. O ato de explorar e experimentar a escrita passa necessariamente pelos chamados "erros" construtivos, próprios do processo de construção do conhecimento (BIZZOTTO; AROEIRA et al, 2010, p. 40).

Se o educador permite e estimula a criança a vivenciar diversos atos de leitura e escrita sem medo de errar, a expor suas hipóteses e a reformulá-las diante dos conflitos vividos, aproximando-se cada vez mais da escrita alfabética, ele estará ajudando-a avançar no processo de aquisição da escrita. Ainda estará auxiliando na compreensão de que se escreve para se comunicar uma ideia, proporcionando a ela realizar registros de uso social, conferindo sentido para tudo o que lê e escreve. O professor estará não só alfabetizando, mas também letrando.

É de responsabilidade da escola alfabetizar os alunos em um contexto letrado, em que existam práticas sociais de leitura e escrita. É preciso que os educandos façam uso da escrita em suas diversas funções sociais, mesmo ainda não sendo alfabetizadas. Dessa forma, muda-se o foco do tratamento pedagógico, superando os processos da simples codificação e decodificação do sistema escrito. Aprender a ler não se restringe a apenas decifrar o código escrito, mas também interpretar e compreender os diversos gêneros textuais; aprender a escrever é não somente conseguir grafar o código escrito e refletir sobre as regras e especificidades da língua, estabelecendo a relação entre letra e som, mas também estar apto a produzir diferentes tipos de textos adequados às distintas práticas comunicativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição de alfabetizar, na perspectiva do letramento, é proporcionar a obtenção da base alfabética através da multiplicidade de gêneros discursivos, para que os novos leitores entrem em contato com diferentes usos sociais da língua ao mesmo tempo em que se alfabetizam, levando-as a perceber porquê e para que se usa a escrita. A vivência com diversificados textos vai contribuir na a compreensão e interação com distintos modelos e manifestações da língua escrita. Dessa forma, os alunos irão desenvolver progressivamente competências em relação aos usos linguísticos que lhes capacitem a resolver problemas da vida cotidiana, adquirir acesso aos bens culturais e alcançar a liberdade de participação no mundo letrado.

A alfabetização é o processo onde a criança aprende a decodificar os elemen-